



MANUAL

Nº 19/2025

SEROPÉDICA/RJ, 22 de dezembro de 2025.

MANUAL DE ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

(por acidente de serviço, moléstia profissional ou doença grave)

Versão 1.0

Aprovado na 78ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração

Histórico de Versões

DATA	VERSOES	DESCRIÇÃO	AUTOR
18/12/2025	1.0	Versão inicial	Gabinete

Este Manual de Isenção de Imposto de Renda para Aposentados tem como finalidade sistematizar o processo de análise, concessão e atualização da isenção no âmbito do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Seropédica – Seroprevi. O documento reúne, de forma clara e organizada, as normas, procedimentos e orientações necessárias para que os segurados e beneficiários compreendam seus direitos e sigam corretamente cada etapa do processo.

A isenção do imposto de renda é um direito previsto na legislação, especialmente para aposentados portadores de doenças graves e outras situações específicas definidas em lei. Assim, ao padronizar fluxos, requisitos e responsabilidades, o Seroprevi busca garantir maior segurança jurídica, transparência, agilidade e uniformidade no atendimento.

Com linguagem acessível e foco na orientação ao segurado, o manual apresenta quem pode solicitar a isenção, quais documentos são exigidos, como ocorre a análise administrativa e quais são as atribuições do Instituto e do beneficiário. A sistematização proposta visa fortalecer a gestão previdenciária e facilitar o acesso ao benefício, contribuindo para um processo mais eficiente e confiável.

1. OBJETIVOS DO MANUAL

- Sistematizar o processo de isenção do Imposto de Renda no âmbito do Seroprevi, estabelecendo procedimentos padronizados, formalizados e documentados para a análise, concessão, manutenção, atualização, revisão e eventual cancelamento do benefício.
- Orientar os segurados e beneficiários quanto às normas legais e infralegais aplicáveis, aos requisitos exigidos e à documentação obrigatória, garantindo clareza, previsibilidade e uniformidade na instrução dos pedidos.





- Assegurar transparência, rastreabilidade, integridade das informações e segurança jurídica, de modo que todas as etapas do processo administrativo sejam devidamente registradas, passíveis de verificação e realizadas em estrita conformidade com a legislação vigente, as normas internas do Instituto e os princípios da Administração Pública.
- Padronizar a atuação dos setores e agentes públicos envolvidos, estabelecendo responsabilidades, fluxos decisórios e critérios objetivos de análise, possibilitando o acompanhamento contínuo, a segregação de funções e a identificação clara dos responsáveis por cada fase do processo.
- Fortalecer os mecanismos de controle interno, compliance e governança, viabilizando a realização de auditorias internas e externas, inspeções e fiscalizações pelos órgãos competentes, bem como a mitigação de riscos operacionais, legais e fiscais.
- Facilitar o acesso ao direito, promovendo a correta orientação aos aposentados e pensionistas, de forma a assegurar a adequada instrução processual, reduzir inconsistências documentais e prevenir indeferimentos por falhas formais.
- Promover eficiência, economicidade e agilidade administrativa, contribuindo para a racionalização dos fluxos de trabalho, a redução de retrabalho, o aprimoramento da gestão documental e a melhoria contínua dos processos institucionais.

2. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

- Constituição Federal de 1988
- Lei Orgânica do Município de Seropédica
- Lei Federal nº 7.713/1988 e suas atualizações
- Lei Complementar Municipal nº 003 de 2022

3. RESPONSABILIDADES

SETOR	RESPONSABILIDADE
Setor de Protocolo e Arquivo	- Autuação; - Intimação; - Encerramento.
Aposentado	- Apresentação do registro de Acidente de Trabalho; <i>ou</i> - Apresentação do Laudo Médico.
Gabinete do Diretor-Presidente	- Encaminha para qualificação; - Encaminha para Junta Médica Oficial; - Encaminha para análise e parecer; - Decisão; - Portaria; - Publicação em Boletim Oficial.
Diretoria Previdenciária	- Realiza qualificação.
Diretoria Administrativa e Financeira	- Assina conjuntamente a Portaria.





Setor de Recurso Humanos	- Presta informações; - Lançamento na Folha de Pagamentos.
Junta Médica Oficial	- Atesta se o aposentado é portador de moléstia profissional ou doença grave.
Procuradoria Autárquica	- Análise e parecer.
Controladoria Autárquica	- Controle a posteriori.

4. DETALHAMENTO DO PROCESSO

ETAPA	RESPONSÁVEL	ATIVIDADE
1	Aposentado	<p>Solicita a autuação do processo de isenção apresentando registro de acidente de trabalho ou Laudo Médico que ateste moléstia profissional ou uma das seguintes doenças:</p> <ul style="list-style-type: none">• tuberculose ativa;• alienação mental;• mal de Alzheimer (se comprovada alienação mental);• esclerose múltipla;• neoplasia maligna;• cegueira (inclusive monocular);• hanseníase;• paralisia irreversível e incapacitante;• cardiopatia grave;• doença de Parkinson;• espondiloartrose anquilosante;• nefropatia grave;• estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante);• contaminação por radiação;• síndrome da imunodeficiência adquirida (Aids);• hepatopatia grave;• fibrose cística (mucoviscidose) e• Síndrome da Talidomida <p>a) O rol de doenças é taxativo, ou seja, somente as doenças descritas acima garantem o direito a isenção.</p> <p>b) O Laudo Médico deverá indicar a data de início da doença.</p>





2	Setor de Protocolo e Arquivo	Confere a documentação e autua o processo.
3	Gabinete do Diretor-Presidente	Encaminha para qualificação e informações.
4	Diretoria Previdenciária	Realiza a qualificação do aposentado.
5	Setor de Recursos Humanos	Informa se o aposentado já goza de algum tipo de isenção.
6	Gabinete do Diretor-Presidente	Encaminha para Junta Médica Oficial. <i>c) Em caso de acidente de trabalho é dispensado o envio.</i>
7	Junta Médica Oficial	Atesta se o aposentado é portador de moléstia profissional ou uma das doenças indicadas na etapa 1.
8	Gabinete do Diretor-Presidente	Encaminha para análise e parecer.
9	Procuradoria Autárquica	Análise e parecer do pedido de isenção.
10	Gabinete do Diretor-Presidente	Acolhe o parecer. Defere o pedido inicial de forma definitiva, sendo dispensado novas avaliações na forma da jurisprudência do STJ firmada no julgamento do AREsp 1.156.742. (Modelo 1) Portaria de concessão assinada e conjunto com a Diretora Administrativa e Financeira. (Modelo 2) Publicação da portaria em Boletim Oficial. <i>d) No caso de moléstia profissional ou doença grave, se a doença iniciou após a aposentadoria, o direito à isenção se inicia na data constante no laudo;</i> <i>e) No caso de moléstia profissional ou doença grave, se a doença iniciou antes da aposentadoria ou pensão, o direito à isenção se inicia na data da aposentadoria/pensão;</i> <i>f) No caso de moléstia profissional ou doença grave, se não constar no laudo a data em que a doença foi contraída, o direito à isenção se inicia na data da emissão do laudo.</i> <i>g) Independentemente do dia do mês em que o diagnóstico ocorreu, considera-se o direito de isenção para todo o mês.</i>





11	Setor de Recursos Humanos	Realiza o lançamento na Folha de Pagamento, juntando comprovante. <i>h) Valores retroativos devem ser requeridos pelo aposentado junto a Secretaria Municipal de Fazenda através do Protocolo Geral da Prefeitura, uma vez que o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF é repassado ao município na forma do art. 157, I, da Constituição Federal.</i>
12	Setor de Protocolo e Arquivo	Intima para conhecimento da decisão, da portaria e de seu cumprimento.
13	Controladoria Autárquica	Controle a Posteriori.
14	Gabinete do Diretor-Presidente	Decisão de encerramento.
15	Setor de Protocolo e Arquivo	Encerramento.

ANEXO

MODELO 1 - DECISÃO

a) Decisão de indeferimento por doença grave fora do rol taxativo.

Trata-se de pedido de isenção de Imposto de Renda formulado pelo(a) aposentado(a) (nome).

Pedido inicial acompanhado de Laudo Médico datado de xx/xx/xxxx.

A Junta Médica Oficial da Prefeitura atesta que o(a) aposentado(a) é portador(a) da doença de ... que não está prevista no rol taxativo de doenças da Lei Federal nº 7.713/1988.

Isto posto, por se tratar de aposentado portador de doença não prevista no rol taxativo de doenças da Lei Federal nº 7.713/1988, INDEFIRO o pedido inicial.

Cumpra-se.

Intime-se para conhecimento.

b) Decisão de deferimento.

Trata-se de pedido de isenção de Imposto de Renda formulado pelo(a) aposentado(a) (nome).

Pedido inicial acompanhado de registro de Acidente de Trabalho ou Laudo Médico datado de xx/xx/xxxx.





A Junta Médica Oficial da Prefeitura atesta que o(a) aposentado(a) é portador(a) da moléstia profissional de ...

ou

A Junta Médica Oficial da Prefeitura atesta que o(a) aposentado(a) é portador(a) da doença de ... que está prevista no rol taxativo de doenças do inciso XIV, art. 6º da Lei Federal nº 7.713/1988.

Isto posto, por se tratar de aposentado portador de moléstia profissional *ou* doença prevista no rol taxativo de doenças da Lei Federal nº 7.713/1988, DEFIRO o pedido inicial de Isenção de Imposto de Renda de (nome) a contar de xx/xx/xxxx, data do laudo médico, por se tratar de doença que iniciou após a aposentadoria.

ou

Isto posto, por se tratar de aposentado portador de moléstia profissional *ou* doença prevista no rol taxativo de doenças da Lei Federal nº 7.713/1988, DEFIRO o pedido inicial de Isenção de Imposto de Renda de (nome) a contar de xx/xx/xxxx, data de início da aposentadoria, por se tratar de doença que iniciou antes da aposentadoria.

ou

Isto posto, por se tratar de aposentado portador de moléstia profissional *ou* doença prevista no rol taxativo de doenças da Lei Federal nº 7.713/1988, DEFIRO o pedido inicial de Isenção de Imposto de Renda de (nome) a contar de xx/xx/xxxx, data da avaliação da Junta Médica Oficial, por não constar no laudo médico a data de início da doença.

ou

Isto posto, por se tratar de aposentado que sofreu acidente em serviço, DEFIRO o pedido inicial de Isenção de Imposto de Renda de (nome) a contar de xx/xx/xxxx, data de início da aposentadoria.

Cumpra-se.

Publique-se.

Intime-se para conhecimento deste decisão, da Portaria e de seu cumprimento, e para ciência de que os valores retroativos do Imposto de Renda deverão ser requeridos pelo aposentado junto a Secretaria Municipal de Fazenda através do Protocolo Geral da Prefeitura, uma vez que o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF é repassado ao município na forma do art. 157, I, da Constituição Federal.

MODELO 2 - PORTARIA

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SEROPÉDICA - SEROPREVI, Estado do Rio de Janeiro, no uso das suas atribuições conferidas pelo art. 35 da Lei Municipal nº 786 de 2022, em conjunto com a DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 39 da Lei Municipal nº 786 de 2022,

RESOLVEM:





PREFEITURA MUNICIPAL DE SEROPÉDICA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SEROPÉDICA - SEROPREVI

Rua Albino Gomes da Silva 06, Ed. Guimarães, 4º andar, Fazenda Caxias, Seropédica-RJ. CEP: 23.895-215
seroprevi.rj.gov.br contato@seroprevi.rj.gov.br (21) 2682-0075 CNPJ: 08.881.803/0001-04

Art. 1º CONCEDER ao(a) aposentado(a) (*NOME*), matrícula xxxxxxxx, ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA por ser portador(a) de doença na forma do art. 6º, XIV, da Lei Federal nº 7.713/1988.

ou

Art. 1º CONCEDER ao(a) aposentado(a) (*NOME*), matrícula xxxxxxxx, ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA por ser portador(a) de moléstia profissional na forma do art. 6º, XIV, da Lei Federal nº 7.713/1988.

ou

Art. 1º CONCEDER ao(a) aposentado(a) (*NOME*), matrícula xxxxxxxx, ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA por ter sofrido acidente em serviço na forma do art. 6º, XIV, da Lei Federal nº 7.713/1988.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de xx/xx/xxxx (data do laudo médico *ou* data da aposentadoria *ou* data do laudo médico da Junta Médica Oficial).

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **HUGO LOPES DE OLIVEIRA - DIRETOR-PRESIDENTE**,
CPF: 142.75*.7-0 em 22/12/2025 11:23:42, Cód. Autenticidade da Assinatura:
11X5.5U23.142R.Z532.5876, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **7DB.3D2** - Tipo de Documento: **MANUAL - Nº 19/2025**.

Elaborado por **HUGO LOPES DE OLIVEIRA**, CPF: 142.75*.7-0, em 22/12/2025 11:23:42, contendo 1.735 palavras.

Código de Autenticidade deste Documento: 11U1.6H23.842W.8744.4342

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://zeropapel.seroprevi.rj.gov.br/verdocumento>

